



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas - Campus IV
Colegiado de História

Giulia Helen Silva de Carvalho

Entre batismos e óbitos:
Perfis sociais de mães do sertão da Jacobina Velha
(1792-1817)

Jacobina, dezembro de 2025

Giulia Helen Silva de Carvalho

Entre batismos e óbitos:
Perfis sociais de mães do sertão da Jacobina Velha
(1792-1817)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
Departamento de Ciências Humanas – Campus
IV, Colegiado de História, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura
em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Oliveira
Ferreira.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elisangela Oliveira Ferreira
UNEB/DCH-IV (Orientadora)

Prof. Dr. Cândido Eugênio Domingues de Souza
UNEB/DCH-IV

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira
UNEB/DCH-IV

Jacobina, dezembro de 2025

Dedico este trabalho a Dona Albertina e a Dona Idalcina (*In memoriam*), minhas avós, mulheres da freguesia velha que eu ainda não pude contar a história.

Agradecimentos

Venho aqui cumprir meu papel como historiadora: pesquisar, resumir e comunicar. Depois de tanto pesquisar e me debruçar sobre as histórias das mulheres da Jacobina Velha, acompanhar suas trajetórias e me sentir envolvida com suas vivências, me esforço para resumir e comunicar anos de pesquisa em algumas dezenas de páginas, na tentativa de que você me entenda e de que eu alcance o que sempre quis.

Este trabalho é parte da concretização de um sonho, o mais antigo que tenho; a pequena Giulia, com pouco mais de 5 anos, tinha certeza do que queria e já esbravejava: vou fazer faculdade e pesquisar algo que goste! E aqui estou, realizando o sonho de uma criança que não desistiu e hoje sentiria orgulho de si mesma.

Agradeço primeiramente a Deus, por me sustentar até aqui, agradeço a mania da minha bipolaridade por me dar energia para pesquisar; agradeço a minha mãe, Telma Maria, por me apoiar nesse sonho desde o início e agradeço a Arthur Mota, por acreditar que eu conseguiria finalizar este trabalho. Obrigada, Fernanda Mota, Flávia Menezes, Luísa Camões e Raulindo Souza, por me fazerem rir durante a caminhada acadêmica.

Expresso minha sincera gratidão a minha orientadora, Prof.^a Dr. Elisangela Ferreira, e ao Prof. Dr. Cândido Domingues, por gentilmente me ceder a cópia digital dos livros paroquiais usados nesta pesquisa.

Obrigada a mim mesma, por não desistir quando as coisas ficaram difíceis e me esforçar até o final. Esse é apenas o início da realização do nosso sonho.

Giulia Carvalho

Entre batismos e óbitos: Perfis sociais de mães do sertão da Jacobina Velha (1792-1817)*

Giulia Helen Silva de Carvalho

Resumo

Esta pesquisa investiga os perfis sociais das mulheres na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, cujo território corresponde a uma parte do atual município de Campo Formoso, no final do período colonial. O estudo preenche uma lacuna historiográfica, uma vez que as investigações sobre a formação demográfica do sertão frequentemente negligenciam o gênero feminino, privilegiando narrativas masculinas de conquista e exploração. Para tanto, analisa registros paroquiais – um livro de batismos (1798-1805) e um livro de óbitos (1792-1817) – custodiados pelo Arquivo da Paróquia Santo Antônio de Campo Formoso. A metodologia baseia-se na transcrição e construção de bancos de dados que permitiram análises quantitativas e qualitativas, categorizando as mulheres a partir de critérios como estado civil, condição jurídica e designação racial/ origem; o cruzamento das fontes possibilitou, ainda, a reconstituição de trajetórias individuais. Dessa forma, o artigo visa não apenas contribuir para a história regional, mas também evidenciar o ser mulher no sertão colonial.

Palavras-chave: Mulheres; Sertão; Registros paroquiais.

Abstract

This research investigates the social profiles of women in the parish of Santo Antônio da Jacobina Velha, whose territory corresponds to a part of the current municipality of Campo Formoso, at the end of the colonial period. The study fills a historiographical gap, as investigations into the demographic formation of the *sertão* (backlands) frequently neglect the

* Este trabalho contou com o apoio financeiro da Universidade do Estado da Bahia através de bolsas de Iniciação Científica (PICIN/UNEB) concedidas entre 2022/2023 e 2023/2024, vinculadas ao projeto *A face feminina da conquista do sertão: mulheres, famílias e povoamento (Comarca de Jacobina – séculos XVIII e XIX)*, coordenado pela Profª. Dra. Elisângela Oliveira Ferreira. Também contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio do projeto *Escravidão, sociedade e economia na vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)*, (FAPESB, APP0022/2023), coordenado pelo Prof. Dr. Jackson Ferreira.

female gender, privileging masculine narratives of conquest and exploitation. To this end, it analyzes parish records – a book of baptisms (1798–1805) and a book of burials (1792–1817) – kept by the Archive of the Santo Antônio’s Parish of Campo Formoso. The methodology is based on the transcription and construction of databases which allowed for quantitative and qualitative analyses, categorizing the women based on criteria such as marital status, legal condition, and racial/origin designation; the cross-referencing of sources also made it possible to reconstitute individual trajectories. Thus, the article aims not only to contribute to regional history, but also to highlight what it meant to be a woman in the colonial *sertão*.

Keywords: Women; *Sertão*; Parish registers.

A freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha

A atual cidade de Campo Formoso, localizada a aproximadamente 400 quilômetros de Salvador, corresponde à sede do importante território da antiga freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Apesar de sua relevância histórica como polo pioneiro de ocupação do sertão norte, são ainda escassos os estudos historiográficos que se debruçam de forma sistemática sobre esse território, gerando conseqüentemente uma compreensão limitada sobre a complexidade histórica desse local; essa lacuna contrasta com a riqueza de sua trajetória, que remonta aos esforços missionários do século XVII.

Os memorialistas Edith Alves de Araújo Freitas e José Freitas da Silva relatam, na obra “História da freguesia Velha de Santo Antônio - Campo Formoso”, o início da povoação do local que daria origem à atual cidade de Campo Formoso e circunvizinhança. Conforme os autores, em uma das entradas dos jesuítas pelos sertões das Jacobinas, entre 1655 e 1674, “foi fundada a Missão dos Payayás que deu origem à Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina, primeiro núcleo de cristianismo e de civilização do Norte da Bahia”.¹

Apesar do pioneirismo, ainda são poucos os estudos que se dedicam especificamente a esse local. Contudo, é possível acessar nuances significativas de sua formação social através de investigações mais amplas sobre a dinâmica dos sertões. Neste sentido, a contribuição da historiadora Héliida Conceição, em sua tese de doutorado “O sertão e o Império”, é fundamental, pois consegue nos mostrar aspectos cruciais da formação dessa região. A autora nos mostra que o império português via o sertão como:

¹ FREITAS, Edith Alves de Araújo; SILVA, José Freitas da. **História da freguesia Velha de Santo Antônio – Campo Formoso**. Campo Formoso: Gráfica e Editora Real, 2004, p. 30.

O lugar do caótico, do não civilizado, potencialmente perigoso e hostil por ser habitado por populações de não cristãos e por demandar um conhecimento geográfico, o qual os conquistadores pouco ou nada dominavam. Do ponto de vista do poder político, o sertão era o lugar que desafiava as possibilidades de administração da justiça, da cristandade e da disciplina.²

Diante dessa percepção, a ocupação representava um empreendimento arriscado, porém estratégico. No entanto, na necessidade da Coroa portuguesa em obter território, inicia-se a conquista dos sertões, sendo este um processo longo e descontínuo, como afirma o historiador Márcio Roberto Alves dos Santos, que discorre sobre a formação do Sertão da Bahia entre 1640 e 1750, enfatizando que seu povoamento foi um processo descontínuo e fluido, e não uma ocupação linear e consolidada. Ele argumenta que a conquista desse território, longe de ser um reflexo da soberania estatal, foi marcada por avanços e recuos, sustentada por elementos como a abertura de caminhos, a distribuição de sesmarias e a implantação de fazendas de gado e que essas estruturas, embora frágeis, criaram as bases materiais para a fixação de uma sociedade na fronteira. Marcio Santos caracteriza essa região como uma fronteira movediça, onde as territorialidades luso-brasileiras e indígenas constantemente se reconfiguravam, criando um espaço social complexo e em permanente tensão.³

Sendo o sertão um território de perdas e conquistas por parte da Coroa Portuguesa no início da colonização, a situação muda com a descoberta das minas de ouro na Bahia. O metal precioso atuou como um potente ímã, atraindo um fluxo populacional diverso e redefinindo prioridades coloniais. Héliida Conceição afirma que, no século XVIII, “devido aos achados de aluviões auríferos, a presença de portugueses e luso-brasílicos no interior tornou-se mais expressiva” e que tais acontecimentos “provocaram um reordenamento do espaço territorial e político do sertão”.⁴ Dessa forma, a economia aurífera não apenas povoou o sertão, mas também reestruturou profundamente suas hierarquias sociais e sua integração com o projeto imperial.

A historiadora Albertina Lima Vasconcelos, que aborda especificamente a mineração de ouro no sertão da Bahia no século XVIII, com foco central na região de Jacobina, demonstra como a descoberta do metal em 1701 transformou a área em um polo de interesse econômico e estratégico para o Império Português, culminando na fundação da vila em 1722. Vasconcelos

² CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O Sertão e o Império: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 38-39.

³ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 64-65.

⁴ CONCEIÇÃO, op. cit., p. 14-15.

destaca as tensões inerentes a esse empreendimento, analisando os conflitos entre agentes locais e a Coroa, o controle do contrabando e a crucial dependência de mão de obra escravizada, tanto indígena quanto africana, para a viabilidade da exploração aurífera. Esse cenário de conflito e exploração intensa, no entanto, foi precedido por um longo processo de ocupação missionária e eclesiástica que pavimentou o caminho para a posterior corrida do ouro.⁵

É justamente nessa camada mais profunda da ocupação que atua a investigação de Solon Natalício Araújo dos Santos. Em sua obra “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, Colonos e Missionários (1651-1706)”, o autor traz:

Conforme a portaria de 27 de maio de 1666, o Provedor-mor da Fazenda Real mandou dar ao Padre Jacob Roland, religioso da Companhia de Jesus, que 'vae á missão da Jacuabina à conversão dos Índios, trinta mil reis para levar de resgates para o mesmo intento'. Assim, eles fundaram a missão de São Francisco Xavier (localizada na Jacobina Velha, atual Campo Formoso, cidade distante aproximadamente 420 km de Salvador), construindo uma Igreja na aldeia dos Sapoiá.⁶

Tal trecho demonstra, mais uma vez, a temporalidade do início dessa povoação, mostrando como este território também era alvo de conquista da Coroa Portuguesa. A estratégia de ocupação, portanto, combinava o projeto espiritual com os interesses temporais do Estado, um esforço que se consolidaria institucionalmente com a criação de uma estrutura eclesiástica fixa. Essa transição fica evidente quando se observa que, no mesmo espaço em que os jesuítas haviam formado a missão de São Francisco Xavier, que se situava nos arredores de onde é hoje a cidade de Campo Formoso, o Arcebispado da Bahia instalou a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina, paróquia que já havia sido fundada em 1657.⁷ O autor também ressalta a importância dessa freguesia para o crescimento desse território, afirmando que “a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina representou um dos primeiros núcleos coloniais do sertão norte da Capitania da Bahia de todos os Santos e consolidou o povoamento do Sertão das Jacobinas”.⁸

Desse modo, constata-se que a região que corresponde à freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha tem uma povoação que remonta a segunda metade do século XVII, com a Missão dos Payayás. As missões promovidas se consolidaram, tendo em 1682 o Arcebispo da

⁵ VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder: mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998, p. 77-80.

⁶ SANTOS, Solon Natalício. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 90.

⁷ Ibidem, p. 115.

⁸ Ibidem.

Bahia criado a freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Foi despertado o interesse por esse espaço a partir de sua importância econômica, como a criação de gado e a descoberta de ouro no início do século XVIII nos sertões das Jacobinas. Esse interesse aumentou o fluxo populacional e reordenou a organização territorial e política no sertão.⁹

Essa reordenação trouxe para os sertões das Jacobinas inúmeros personagens e novas interações, como os luso-brasileiros que vinham descobrir essas terras e os escravizados africanos que eram trazidos para trabalhar nesse território¹⁰, mas também os nativos americanos que já estavam aqui e vinham sendo catequizados pela Igreja desde o século XVII¹¹.

Nesse território, mais tarde foi fundada a vila de Santo Antônio da Jacobina pelo coronel Pedro Barbosa Leal, em 1722. A escolha do sítio original não foi aleatória, mas sim estrategicamente vinculada aos marcos preexistentes da ocupação:

No ano de 1722, o lugar escolhido pelo coronel Barbosa Leal e com o qual os moradores se conformaram foi o terreno que estava entre a missão de Nossa Senhora das Neves do Saí e o boqueirão das serras, local onde hoje se encontra a cidade de Campo Formoso e que ficou conhecida como 'Jacobina Velha'. Estas terras ficavam próximas ao caminho que conduz ao sítio das Caraíbas e à Igreja de Santo Antônio, matriz da dita freguesia, garantindo o governo eclesiástico dos povos.¹²

Contudo, a estabilidade dessa fundação foi quase imediatamente abalada por tensões políticas locais; devido a disputas políticas, já em 1723, o coronel Garcia de Ávila Pereira, que era inimigo político declarado de Pedro Barbosa Leal, junto com alguns moradores das terras da missão de Bom Jesus da Glória, solicitaram a mudança da vila para esta localidade. O cerne do conflito era territorial e pessoal: as terras da Jacobina Velha, onde foi fundada a primeira vila, pertenciam ao coronel Garcia de Ávila Pereira, que não desejava ver uma vila fundada por seu rival consolidada em suas propriedades¹³. De tal modo, a sede da vila foi transferida para o território que corresponde à atual cidade de Jacobina. Sendo assim, o território se dividiu em duas partes: Jacobina Nova, que abrigava a nova sede administrativa, e Jacobina Velha, que, apesar de perder o status de vila, permaneceu como freguesia e continuou a oferecer serviços eclesiásticos para a população daquele amplo território.

Esta cisão gerou um vazio documental sobre a freguesia remanescente. A falta de fontes para essa região e período nos deixa no escuro a respeito da história da freguesia de Santo

⁹ CONCEIÇÃO, 2018, p. 15.

¹⁰ VASCONCELOS, 1998, p. 21.

¹¹ SANTOS, 2011, p. 90.

¹² CONCEIÇÃO, 2018, p. 191-192.

¹³ *Ibidem*, p. 191-192.

Antônio da Jacobina Velha durante algumas décadas após a transferência da sede da vila em 1723. É apenas a partir da segunda metade do século XVIII que conseguimos reencontrar seus traços de forma mais nítida, podendo vislumbrar aspectos da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha ao final do século:

Em 1770, o Arraial da Freguesia de Santo Antonio da Jacobina era a mais importante povoação da região com mais de sessenta casa de telhas, fora as de palha; contando com dois mil fiéis de sacramentos com mais de setenta homens capazes de servir à República conforme atesta o Padre José da Silva Pimentel, então vigário da Freguesia em 25 de abril de 1770.¹⁴

O que se manteve ininterrupto, porém, foi a sua função religiosa como estruturadora da vida local. Paralelo ao crescimento urbano de Jacobina Nova, a freguesia de Jacobina Velha manteve a tradição católica que a fundou no território, produzindo de forma contínua os documentos paroquiais que relatavam a vida dos moradores da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. São justamente esses registros que permitem iluminar a história social dessa comunidade no final do período colonial.

A Comarca de Jacobina e a localização do arraial de Jacobina Velha (1817)



FONTE: SANTANA, Anastácio de. “Carta 11: Capitânicas da Bahia, Minas Gerais e Piauí”. In: **Guia de caminhantes** – Anno 1817 (extrato).

¹⁴ FREITAS e SILVA, 2004, p. 56.

O mapa acima, contemporâneo ao período analisado, permite localizar a Comarca de Jacobina no contexto geopolítico do início do século XIX, ilustrando as rotas, os núcleos populacionais e os limites administrativos que estruturavam o sertão baiano. O destaque do mapa está na sede da matriz da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, objeto desta pesquisa, que se situa entre a Vila de Jacobina (Nova) e a Vila Nova da Rainha, ainda que em segundo plano na visualização geral da carta.

Mesmo que não seja possível ter uma boa visualização do território estudado a partir do mapa, é possível conhecer e analisar localidades que aparecem nos assentos de batismos e óbitos. A análise quantitativa desses registros confirma dois núcleos principais no território da freguesia: a própria sede, referida como Jacobina Velha (41 registros), e a Vila Nova da Rainha (35 registros). O Arraial da Tapera (66), por sua vez, destaca-se como a localidade específica mais citada. A paisagem humana era composta por dezenas de pequenos sítios e povoados dispersos, sendo os mais frequentes Água Branca (42), Cariaca (29) e Olho D'Água (21). Outros, como Itapicuru, Caatinginha, Bananeira, Estiva, Missão do Sahy e Carrapicho, aparecem entre 11 e 16 vezes. Completa o cenário uma miríade de localidades com poucas menções, citadas apenas de 1 a 4 vezes cada, como Brejo, Monte Santo, Pindobaçu, Cumbe e Genipapo, o que ilustra um povoamento rural muito fragmentado. A Vila de Jacobina Nova também aparece nos registros, sendo citada 6 vezes.

É crucial ressaltar que, em grande parte dos assentos, não foi registrado o local de moradia dos fregueses, o que impede a elaboração de um panorama completo da densidade demográfica desse território a partir dessa fonte isolada.

Registros paroquiais como fontes históricas

Nas palavras de João Fragoso na obra “A política da memória: os testamentos e a construção da vida material no Rio de Janeiro setecentista”, em uma sociedade católica “cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica”¹⁵, os registros paroquiais se revelam como fontes de valor inestimável. Criados para catalogar e controlar os fiéis, esses assentos seguiam fórmulas padronizadas estabelecidas pelo Concílio de Trento, registrando com minúcia os dados dos sacramentos. Nos batismos, anotava-se a data, o nome da criança, sua filiação, residência da família e o nome dos padrinhos. Os matrimônios incluíam

¹⁵ FRAGOSO, João. **A política da memória: os testamentos e a construção da vida material no Rio de Janeiro setecentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 23.

informações semelhantes sobre os cônjuges e suas testemunhas, enquanto os óbitos eram mais sucintos, registrando a data, o nome e o estado civil do falecido¹⁶.

Essa documentação, portanto, constitui um acervo de grande importância para a reconstrução histórica. Como bem sintetiza Maria Luiza Marcilio no artigo “Os registros paroquiais e a história do Brasil”:

A riqueza de informações contidas nesses documentos de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja. A vida estava assim marcada com uma ata individual, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte.¹⁷

Mais do que uma mera formalidade, essa documentação seriada oferece uma cobertura quase universal da população. Sua riqueza informacional reside em três características principais: o caráter seriado, que permite análises de longo prazo; o viés individual e coletivo, que captura trajetórias pessoais dentro do contexto da comunidade; e, sobretudo, o caráter nominativo, que possibilita identificar indivíduos, recompor seus laços familiares e rastrear suas redes de compadrio. Dessa forma, através desses registros, é possível acessar as experiências de homens e mulheres, livres e escravizados, ricos e pobres, iluminando as estruturas íntimas que organizavam a vida no sertão colonial.

A historiografia sobre o sertão baiano colonial tem sido significativamente enriquecida por pesquisas que elegem os registros paroquiais como fonte central. Esse é o caso dos trabalhos de Elisângela Oliveira Ferreira, que, ao analisar a freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, demonstra como os assentos eclesiásticos permitem desvendar as complexas dinâmicas de mestiçagem e as estratégias de classificação social no interior da colônia.¹⁸ Em outra de suas investigações, a autora focaliza especificamente a experiência de

¹⁶ MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 31, p. 3-4, jan. 2004, p. 2-3.

¹⁷ *Ibidem*, p. 3-4.

¹⁸ FERREIRA, Elisângela Oliveira. Recortes de um mestiço sertão: indígenas, negros e seus descendentes nos registros paroquiais (freguesia da Barra do Rio Grande do Sul, sertão do rio São Francisco – século XVIII). *In*: FERNÁNDEZ, Sandra R.; SAMAPAI, Moisés de Oliveira Sampaio. (Org.). **El desafío de los archivos en la práctica historiográfica**: sobre propuestas y análisis en las experiencias de Argentina y Brasil. 1ed. Rosario / Salvador: ISHIR / Universidade do Estado da Bahia, 2024, p. 181-200.

mulheres negras, iluminando suas formas de agência na negociação de relações familiares e na constituição de redes de parentesco, mesmo sob o rígido quadro da escravidão.¹⁹

Essa linha de investigação, voltada para a reconstituição de perfis e trajetórias sociais a partir de fontes seriais, encontra eco em outros estudos regionais. Na própria área das Jacobinas, a pesquisa de Raílson Cezar Costa de Oliveira Junior sobre a estrutura escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacobina (Jacobina Nova) oitocentista oferece um panorama denso da sociedade em uma freguesia vizinha e contemporânea àquela aqui estudada.²⁰

É dentro desse contexto que esta pesquisa se insere, objetivando analisar o perfil social das mulheres da antiga freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Busca-se, com isso, preencher uma lacuna significativa na historiografia, já que os estudos sobre a formação demográfica dos sertões frequentemente negligenciam o gênero feminino, privilegiando narrativas masculinas de conquista e exploração. Dessa forma, este trabalho visa não apenas contribuir para o conhecimento da história regional, mas também realizar um resgate indispensável da agência e da experiência feminina na formação social do sertão baiano.

Para a minha pesquisa utilizo os registros eclesiásticos da paróquia de Santo Antônio da Jacobina Velha que compreende os anos finais do século XVIII e início do século XIX. A série de registros estudados trata-se especificamente dos assentos de um livro de batismos e um livro de óbitos que se encontram no Arquivo da Paróquia Santo Antônio de Campo Formoso (APSACF) e se refere à antiga freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, cobrindo o período entre 1798 e 1805 para o livro de batismos²¹ e de 1792 a 1817 para o livro de óbitos.²²

A primeira fonte analisada neste artigo trata-se do livro de batismos da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, que, em um período de 8 anos, abriga um total de 1.585 registros, incluindo crianças e adultos. Através do livro de batismos foi realizada uma análise dos perfis femininos que aparecem nos assentos de batizados, criando um banco de dados com as informações contidas neles, seguindo algumas categorias de análise a partir dos dados das mães que foram registradas batizando seus filhos. Para essas análises parte-se de categorias como qualidade, estado civil e condição jurídica, identificando se as mães nesse período eram

¹⁹ FERREIRA, Elisângela Oliveira. Mulheres negras em São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande: recortes da vida no sertão nordestino do século XVIII. In: FARIA, Sheila de Castro Faria; REIS, Adriana Dantas (Org.). **Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**. 1ed. Feira de Santana; Cantagalo-RJ: UEFS Editora; Editora Cantagalo, 2021, p. 137-182.

²⁰ OLIVEIRA JUNIOR, Raílson Cezar Costa de. **Escravidão e Sociedade na Jacobina Oitocentista (1815-1821)**. 2024. Monografia (Graduação em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, Jacobina, 2024.

²¹ ARQUIVO da Paróquia Santo Antônio de Campo Formoso (Doravante citado como: APSACF). **Livro de Batismos** (1798-1805).

²² APSACF, **Livro de Óbitos** (1792-1817).

solteiras ou casadas, livres, escravas ou libertas, como eram classificadas racialmente ou qual a sua origem, na tentativa de compreender em que parâmetros se dava a maternidade nessa freguesia. Traço aqui um panorama social do que era habitual e do que era atípico para as mulheres dessa comunidade do sertão baiano no final do período colonial.

A segunda fonte analisada neste trabalho é o livro de óbitos da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, também custodiado pelo APSACF. O documento abrange o período de 1792 a 1817, totalizando 25 anos de registros e 1.767 assentos de óbitos. Em comparação com o livro de batismos (1798-1805), este possui uma abrangência temporal maior e pode ser dividido em três fases distintas conforme a administração eclesiástica: de 1792 a 1802 (vigário encomendado), de 1802 a 1808 (vigário colado) e de 1809 a 1817 (período de vinculação à freguesia do Senhor do Bomfim).

Quanto à metodologia, a análise desta fonte foi conduzida em duas frentes: uma abordagem quantitativa, focada nas mães que aparecem como parentes nomeadas, e uma abordagem qualitativa, por meio de estudos de caso baseados em narrativas selecionadas do livro.

O historiador Roquinaldo Ferreira, em sua obra “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”²³, defende a aplicação da metodologia da micro-história, argumentando que a análise em micro-escala revela dimensões fundamentais obscurecidas pelas abordagens macro. Através da reconstrução de trajetórias individuais, o autor demonstra que o todo pode ser analisado e compreendido. Nessa proposta, esta pesquisa também se dedica a estudos de trajetórias femininas a fim de compreender o *ser mulher* na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha.

Os documentos paroquiais são a fonte primária por excelência para operacionalizar a proposta metodológica de Ferreira, pois permitem justamente o rastreamento de indivíduos comuns, a reconstituição de seus laços familiares e de compadrio, e o mapeamento de suas trajetórias de vida na escala local. Ao analisar batismos e óbitos, é possível iluminar as “redes sociais” que estruturavam a sociedade do Sertão das Jacobinas, identificando, por exemplo, as relações de parentesco e solidariedade que davam suporte à experiência concreta das mulheres nesse contexto.

²³ FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX.

Dessa forma, alinhando-se à perspectiva de Ferreira e ao trabalho seminal de Maria Beatriz Nizza da Silva no livro “História da Família no Brasil Colonial”²⁴ com registros paroquiais, este artigo busca evidenciar como a microanálise dos assentos eclesiásticos pode revelar as estratégias de vida e os espaços de agência das mulheres na Jacobina Velha. Para tanto, realiza-se uma análise quantitativa e nominativa dos batismos e óbitos, categorizando as mães segundo seu estado civil, condição jurídica e designação racial, incluindo também análises qualitativas para destrinchar as condições que se davam a maternidade nesse local e período. Deste modo, a pesquisa contribui para uma história social do sertão colonial escrita a partir de uma perspectiva de gênero, ao sistematizar e interpretar os dados que compõem o perfil social dessas mulheres no final do período colonial.

A qualidade das mães

Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, processos de mestiçagem deram origem a uma população com fenótipos diversos, fruto do contato entre europeus, africanos e povos nativos. No entanto, é crucial compreender que a sociedade colonial brasileira, embora miscigenada, era profundamente racista e hierarquizada racialmente.²⁵ Nesse sentido, surge o conceito de “qualidade”, uma categoria social complexa que ia muito além da simples aparência. A “qualidade” funcionava como um marcador que definia a posição social de um indivíduo, não baseado somente na cor de sua pele, mas em um conjunto de fatores sociais, jurídicos e de reputação.

A “qualidade” não pode ser compreendida de modo dissociado da cor da pele, uma vez que a cor, embora, na maioria das vezes não esteja explícita, relaciona-se à essa categoria. A classificação fenotípica, elaborada pela condição social, pela cor da pele, tipo e cor dos cabelos, pela estatura ou tipo de rosto – redondo ou quadrado –, pelas características faciais, tais como, cor dos olhos, formato dos lábios, e tipos de narizes, foi importante, no passado, tanto na visão do outro, quanto pelo que revelava da visão de si mesmo.²⁶

Nesse intrincado sistema de classificação, a “qualidade” atuava como uma lente através da qual a sociedade enxergava e posicionava seus membros, sendo um elemento central para a compreensão das dinâmicas de poder e mobilidade no mundo colonial.

²⁴ NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁵ IVO, Isnara Pereira; SANTOS, Ocerlan Ferreira. Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 1, p. 110-129, 2016, p. 114.

²⁶ *Ibidem*, p. 115.

Como demonstra o historiador Eduardo França Paiva, a abundância de termos para designar misturas no período colonial, como mameluco, mulato ou pardo, não reflete uma realidade biológica estável, mas sim a tentativa incessante de uma sociedade hierárquica em nomear e ordenar as complexas dinâmicas de mestiçagens que a constituíam. Seguindo essa perspectiva, as classificações de “qualidade” encontradas nos registros da Jacobina Velha são analisadas aqui menos como descritores fenotípicos e mais como indicadores de posição social em um sistema dinâmico e fluido de identidades.²⁷

Partindo dessa premissa, o objetivo desta subseção é mapear as “qualidades” atribuídas às mulheres da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha; é importante lembrar que essa atribuição não era feita com base somente no fenótipo da mulher, mas também era um reflexo da forma como ela se via, o modo como o padre que estava batizando a via e de que maneira ela estava inserida naquela comunidade. Seguindo a perspectiva de Isnara Ivo e Orcelan Santos sobre as mestiçagens nos sertões, a análise dessas classificações nos permite decifrar os critérios de distinção social em vigor naquela comunidade. O banco de dados revela nove tipos diferentes de classificação étnico-racial para aquelas mães. Três tipos de classificação indicam origem africana, sendo elas: angola, gege e preta; as demais qualidades indicam mulheres nascidas no Brasil: branca, cabra, crioula, índia, mestiça e parda. A tabela a seguir resume a distribuição das mulheres da Jacobina Velha por essas categorias:

Tabela 1
Qualidade das mães

Qualidade	Frequência	Percentual
Parda	137	54,2
Branca	38	15,0
Crioula	26	10,3
Índia	19	7,5
Mestiça	11	4,3
Angola	8	3,2
Cabra	7	2,8
Preta	4	1,6
Gege	3	1,2
Total	253	100,0

Fonte: APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805).

A análise dos registros revela, antes de tudo, uma significativa subnotificação das classificações raciais. Vemos que a grande maioria das mulheres, um total de 1.332 dentre as

²⁷ PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

1.585 analisadas, não foi identificada com nenhum perfil de origem, étnico-racial ou qualificação de cor, o que representa uma expressiva parcela de 83,97% do total. Desse universo, somente 253 mães (16,03%) receberam alguma classificação étnica explícita nos assentos e esse número é analisado na tabela. Dentre essas classificadas, o número de mulheres registradas como brancas é particularmente baixo, contabilizando apenas 38 do total, o que equivale a 15% da amostra geral. Em contrapartida, as mulheres pardas foram as mais identificadas, sendo elas 137 das 253, o que corresponde a 54,2% do total. Se considerarmos o conjunto de mulheres não brancas – ou seja, somando as classificadas como angola, cabra, crioula, gege, índia, mestiça, parda e preta –, esse percentual atingiria 85%. No entanto, para que se compreenda em profundidade o tecido social que esses números delineiam, é necessário discorrer acerca do significado dos termos usados acima.

Ser qualificada como branca no Brasil colonial transcendia a mera descrição fenotípica, carregando-se de um profundo significado social e jurídico. Estava intrinsecamente ligada também à ideia de ascensão social, remetia a uma ideia de condição jurídica de livre e de possuir “sangue puro e limpo”, não manchado pela mistura com raças consideradas inferiores; ser branco era um sinônimo de virtude e honorabilidade perante a comunidade.²⁸ Nesse sentido, aproximar-se da branquitude significava ter maior reconhecimento social e acesso a privilégios. Seguindo a mesma lógica de pensamento, a contrapartida era igualmente clara: aproximar-se da negritude significava uma indesejável aproximação com o cativo e a escravidão, sendo essa a parte inferiorizada e estigmatizada da sociedade brasileira.

A expressão “preto”, presente nos vocabulários e dicionários do século XVIII e XIX, apareceu como sinônimo da “qualidade” negro e/ou da condição escrava: “Preto é igual a negro. Preto também se chama os escravos pretos” (...) preto fosse quase sempre usada como sinônimo de africano, (...) preto foi usado como sinônimo de escravo.²⁹

Dessa forma, a cor “preta” funcionava como um marcador que frequentemente sobrepunha a origem africana à condição cativa, ligando identidade e status legal de forma pejorativa. Assim, a miscigenação e hierarquização social no período colonial brasileiro criaram um complexo espectro de categorias para a classificação racial dos indivíduos. Uma dessas categorias era a “parda”, que tem a maior quantidade de ocorrências no livro de batismos da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, e que se define como “a cor entre branco e

²⁸ IVO e SANTOS, p. 118.

²⁹ Ibidem, p. 121.

preto, como a do pardal”.³⁰ Contudo, assim como ocorria com as demais “qualidades”, ser pardo não dependia exclusivamente do fenótipo, mas “de um reconhecimento social de sua condição de livre, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam”.³¹ Dessa forma, a categoria de pardo se configurava como um meio de mobilidade social para os indivíduos, já que ocupava uma posição intermediária entre o branco e o preto, podendo ser movido de uma classificação para outra de acordo com sua situação jurídica, se escravo ou livre, e também de seu status civil e reputação perante a comunidade.

O sistema classificatório da sociedade colonial era composto por uma intrincada rede de termos que buscavam dar conta da complexa realidade mestiça. O termo “mestiça”, que aparece nos registros, por exemplo, tem o sentido de “que participa de branco, preto e índio, ou seja, uma categoria que servia como um depositário das muitas misturas, inclusive as de difícil discernimento colonial”.³² Dessa forma, a “mestiça” funcionava como uma categoria ampla e, por vezes, residual, para indivíduos cuja ascendência não se encaixava facilmente nas demais designações.

Outra classificação que aparece no livro de batismos é a expressão “cabra”, que se define como filho de pai mulato e mãe negra, ou o contrário.³³ Esta designação ilustra a obsessão da sociedade colonial em detalhar os graus de mestiçagem, criando subcategorias que refletiam hierarquias precisas dentro da população não branca. “Mulato”, por sua vez, termo de origem controversa, mas amplamente utilizado, não aparece nesses registros, mas era atribuído ao fruto de uma relação inter-racial, de preto com branco, e de mulato com branco até certo ponto.³⁴

Já a palavra “crioulo”, que também aparece na tabela, era usada como uma forma de identificar pessoas “de cor”, ou seja, com ascendência africana, especialmente descendentes de escravos. Além disso, também poderia ser usado para escravos que vinham de certas regiões da África. É importante notar que, embora muitas vezes associado à condição escrava, “crioulo” podia se referir a negros nascidos no Brasil, distinguindo-os dos africanos.³⁵ Por fim, as designações de nação, as denominações “angola” e “gege” se referem a mulheres de procedência africana, sendo etnônimos que demarcavam a origem cultural e territorial dentro do continente africano, demonstrando a persistência dessas identidades na diáspora.

³⁰ SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005, p. 122.

³¹ IVO e SANTOS, 2016, p. 119.

³² SANTOS, 2005, p. 119

³³ *Ibidem*, p. 120.

³⁴ SANTOS, 2005, p. 118.

³⁵ *Ibidem*, p. 119.

Por fim, as mulheres classificadas como “índias” eram indígenas, mas que, de forma genérica, não tinham seu povo/etnia registrada, o que aponta para um apagamento das especificidades étnicas nativas em favor de uma categoria colonial ampla e homogeneizadora. A partir desses dados se pressupõe que a presença indígena nesta freguesia não era tão forte, mas sim retraída, podendo ser um dos motivos para esse fato a “Guerra dos Bárbaros” que afugentou e exterminou boa parte dos povos nativos que viviam no sertão.³⁶

O matrimônio e a maternidade

Este subtópico se dedica a analisar a condição civil das mães que apareciam batizando seus filhos nos registros paroquiais, na tentativa de compreender as distâncias entre a norma religiosa e as práticas sociais vigentes na comunidade, bem como os processos de casamento na freguesia de Santo Antônio da Jacobina velha. Numa sociedade onde o domínio era masculino e as leis eram ditadas pela Igreja Católica, um dos papéis femininos era o do matrimônio. Dentro desse modelo, ser uma boa esposa e gerar muitos filhos era o comportamento socialmente esperado de uma mulher dessa época.³⁷

No entanto, a análise dos registros paroquiais da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha revela um cenário mais complexo. Na conjuntura do Brasil colonial, especificamente nos sertões da Bahia, as coisas nem sempre se davam dessa forma; mesmo o casamento sendo o ideal propagado socialmente, algumas mulheres tinham filhos sem contrair o sagrado matrimônio.

Tabela 2
Estado civil da mãe

Estado civil	Frequência	Percentual
Casada	1102	69,5
Solteira	394	24,9
Sem registro	80	5,0
Viúva	6	,4
[Ilegível]	3	,2
Total	1585	100,0

Fonte: APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805).

³⁶ SANTOS, 2011, p. 138-139; PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002.

³⁷ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 256.

A tabela anterior traz os dados coletados a partir do livro de batismo acerca do estado civil das mães. A análise do estado civil das mães, conforme apresentado na Tabela 2, revela o casamento como a situação preponderante na freguesia. A partir dos dados se constata que a maioria das mães eram casadas; 1.102 das 1.585 estavam numa relação sacramentada, o que representa 69,53% do total. Em contrapartida, quase um quarto das mães batizavam seus filhos como solteiras, 24,86% ou 394 mulheres, um percentual significativo que demanda atenção. Um segmento menor, o percentual que aparece sem registro, seria tanto de crianças expostas quanto de adultos batizados, um total de 80 casos (5,05%). Por fim, o número de viúvas que aparecem como mães é menor que 1,00%, sendo elas 6 mulheres ao todo.

É crucial, no entanto, evitar uma leitura anacrônica ou demasiadamente rígida dessas categorias. Algo que precisa ser ressaltado é que algumas das mulheres que estão registradas como solteiras poderiam ter relações familiares estáveis, mas não tinham laços reconhecidos pela Igreja, e por essa razão foram registradas como mães solteiras. Essas uniões consensuais, ou “amasiamentos”, eram uma realidade social frequente, embora não legitimada pela instituição religiosa. Contudo, a questão matrimonial só pode ser melhor compreendida a partir de um cruzamento com questões étnico-raciais e jurídicas, pois a condição de livre ou escrava, assim como a “qualidade” atribuída a uma mulher, influenciavam diretamente seu acesso ao sacramento do matrimônio e as estratégias familiares que lhe eram possíveis.

Condição jurídica das mães

A estrutura social do Brasil colonial era alicerçada sobre o regime escravista, que não apenas movia a economia, mas também definia hierarquias e relações sociais profundas. A economia brasileira no período colonial foi baseada na escravidão, sendo esse o motivo da presença africana no Brasil. Nesse contexto, a freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha não era exceção, abrigando em seu território uma parcela significativa da população que era escravizada. Essa parcela da população também aparece nos livros de batismos, atuando tanto como pais que batizam seus filhos, quanto como padrinhos, o que nos permite vislumbrar as complexas redes de sociabilidade e parentesco que essa comunidade escrava conseguiu construir mesmo sob o jugo do cativo.

Para dimensionar a presença feminina nesse sistema, a tabela a seguir apresenta os dados acerca da condição jurídica das mães que aparecem batizando os seus filhos:

Tabela 3
Condição jurídica da mãe

Condição jurídica	Frequência	Percentual
Sem registro	1411	89,0
Escrava	167	10,5
Forra	7	0,4
Total	1585	100,0

Fonte: APSACF, Livro de Batismos (1798-1805).

A distribuição da condição jurídica das mães, detalhada na Tabela 3, revela um panorama social complexo. Observando os dados notamos que o percentual de mulheres escravas é de 10,54%, totalizando 167 mulheres, enquanto o de forras seria de 0,4%, somente 7 mulheres. Este ínfimo número de forras explicitamente registradas pode indicar tanto a dificuldade concreta de acesso à alforria quanto a possibilidade de que, uma vez libertas, essas mulheres fossem assimiladas pela massa de pessoas de condição livre, sem que sua origem cativa fosse constantemente reafirmada nos registros. Podemos considerar que o alto percentual de 89,02%, que se refere a dados não registrados, seria de mulheres livres ou mesmo de mulheres forras que não tiveram sua condição de libertas registrada, sendo no total 1.411 mulheres. Essa imensa maioria silenciosa nos assentos sugere que a condição padrão, ou ao menos a presumida pelos padres, era a de liberdade, refletindo uma sociedade em que a população livre e pobre constituía a base demográfica, mesmo em uma região com notável presença escravista.

Cruzamento de dados

A análise individual das categorias – qualidade, estado civil e condição jurídica – nos fornece peças essenciais, mas é no seu cruzamento que o perfil social multifacetado das mulheres da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha verdadeiramente se revela. As informações analisadas inicialmente podem ser mais bem compreendidas a partir do cruzamento das tabelas, visto que ao cruzarmos os dados sobre a qualidade, o estado civil e a condição jurídica das mães que estavam batizando seus filhos, teremos um panorama do perfil dessas mulheres que residiam na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Este exercício analítico permite ir além das estatísticas gerais e investigar como essas diferentes dimensões da identidade social interagiam e moldavam as experiências concretas dessas mulheres.

Cruzaremos primeiramente o estado civil e a qualidade das mães, na tentativa de compreender em que medida o perfil étnico-racial afetava ou influenciava de alguma forma o acesso ao matrimônio e a constituição de famílias legítimas perante a Igreja.

Tabela 4
Qualidade x Estado civil

		Estado civil da mãe					
		Casada	Solteira	Viúva	Sem registro	Ilegível	Total
Cor ou etnia da mãe	Sem registro	925	320	5	79	3	1.332
	Parda	111	26	0	0	0	137
	Branca	34	4	0	0	0	38
	Crioula	9	17	0	0	0	26
	Índia	8	11	0	0	0	19
	Mestiça	5	6	0	0	0	11
	Angola	4	3	0	1	0	8
	Cabra	3	4	0	0	0	7
	Preta	2	1	1	0	0	4
	Gege	1	2	0	0	0	3
	Total	1.102	394	6	80	3	1.585

Fonte: APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805).

É válido lembrar que o percentual que aparece sem registro de estado civil refere-se a casos de crianças expostas ou adultos batizados, não às mães em si. Como já visto anteriormente, a maioria das mulheres (1.332) não possui classificação de cor. Desse grupo majoritário, 925 foram registradas como casadas (69,5%), 320 como solteiras (24,0%), 5 como viúvas (0,4%) e 79 não tiveram o estado civil registrado (5,9%).

Ao analisar as mulheres que receberam uma classificação étnico-racial, surgem padrões sociais reveladores. Os grupos com as maiores taxas de matrimônio foram as mulheres brancas e as pardas. Entre as 38 mulheres brancas, 34 eram casadas (89,5%) e 4 solteiras (10,5%). Já entre as 137 mulheres pardas, 111 eram casadas (81,0%) e 26 solteiras (19,0%), configurando-se como o maior grupo numericamente e com um forte vínculo com a instituição matrimonial.

Em um patamar intermediário, onde as taxas de casamento e solteirice se equilibram ou onde a solteirice é majoritária, encontram-se outros grupos. Das 19 mulheres indígenas, 8 eram casadas (42,1%) e 11 solteiras (57,9%). Das 11 mestiças, 5 eram casadas (45,5%) e 6 solteiras (54,5%). Das 8 mulheres de origem angola, 4 eram casadas (50,0%), 3 solteiras (37,5%) e 1 sem registro (12,5%). Das 7 mulheres cabra, 3 eram casadas (42,9%) e 4 solteiras (57,1%). Os grupos com as menores incidências de casamento foram as mulheres crioulas e gege. Das 26 crioulas, 9 eram casadas (34,6%) e 17 solteiras (65,4%). Entre as 3 mulheres gege, 1 era

casada (33,3%) e 2 solteiras (66,7%). O grupo das mulheres pretas, embora pequeno (4 mulheres), apresenta o perfil mais diverso: 2 eram casadas (50,0%), 1 solteira (25,0%) e 1 viúva (25,0%), sendo este o único registro de viuvez entre as mulheres racialmente classificadas.

Conforme mencionado anteriormente, na Tabela 2, é evidente que o número de mulheres registradas como casadas é superior ao de solteiras, mas essa maioria não é válida para todas as categorias de classificação étnico-racial e/ou origem. Como observado na tabela acima (Tabela 4), analisando a distribuição de solteiras e casadas por cada classificação de qualidade se conclui que o percentual de mulheres casadas ultrapassa os 80% em mulheres registradas como pardas e brancas (81,00% e 89,47% respectivamente), configurando um claro contraste com a realidade de outros grupos. Por outro lado, em mulheres com classificações étnico-raciais diversas, esse valor não ultrapassa os 50% (34,62% em mulheres crioulas, 42,11% em mulheres indígenas, 45,45% em mulheres mestiças, 50,00% em mulheres classificadas como angola e pretas, 42,86% em mulheres cabras, e 33,33% em mulheres registradas como gege).

Sendo assim, era mais frequente que mulheres com qualidades mais afastadas do cativo, brancas e as pardas, alcançassem o matrimônio, enquanto aquelas com qualificações mais ligadas à escravidão – como crioula, cabra, gege e as nações africanas – encontravam maiores dificuldades para obter uma relação reconhecida pela Igreja Católica, apesar de serem mães e, portanto, estarem inseridas em arranjos familiares e de parentalidade.

Tabela 5
Qualidade x Condição Jurídica

		Condição jurídica da mãe			
		Sem registro	Escrava	Forra	Total
Cor ou Etnia da mãe	Sem registro	1.193	137	2	1.332
	Parda	134	3	0	137
	Branca	38	0	0	38
	Crioula	13	12	1	26
	Índia	19	0	0	19
	Mestiça	8	2	1	11
	Angola	0	8	0	8
	Cabra	4	2	1	7
	Preta	1	1	2	4
	Gege	1	2	0	3
	Total	1.411	167	7	1.585

Fonte: APSACF, Livro de Batismos (1798-1805).

A intersecção entre a condição jurídica e a classificação étnico-racial das mães revela os fortes vínculos entre status legal e identidade social na Jacobina Velha. Ao observar a tabela

anterior, é possível analisar a quantidade de mulheres escravas, forras e sem registro da condição jurídica de acordo com sua classificação de etnia, cor ou origem. É importante reiterar que o percentual de mulheres sem registro de sua condição jurídica corresponde a mulheres livres ou mulheres que eram libertas, mas que não tiveram sua condição de forras registrada no livro de batismo.

A maioria das mulheres (1.411) era de condição livre ou forra não registrada. Dentro desse grupo, a branquitude e a indianidade aparecem quase que exclusivamente associadas à liberdade: todas as 38 mulheres brancas e todas as 19 mulheres indígenas se encontram nessa categoria. As mulheres pardas também têm uma presença significativa, com 134 registros, representando 9,5% das livres/libertas. Nota-se, portanto, que para uma mulher ser registrada como branca, indígena ou parda, a condição de liberdade era quase um pré-requisito implícito na comunidade.

O perfil das 167 mulheres escravizadas apresenta um cenário distinto. A grande maioria (82,04%) também não teve sua “qualidade” registrada, o que pode indicar que a própria condição de escrava era o marcador social primordial, sobrepondo-se a outras identidades. Contudo, quando uma escravizada é racialmente classificada, os termos mais frequentes são “crioula” (7,19%) e “angola” (4,79%), denominações que mantêm uma ligação direta e explícita com a ascendência africana.

O pequeno grupo de 7 mulheres forras, por sua vez, exibe a diversidade mais notável. Enquanto duas não tiveram sua qualidade registrada e duas foram identificadas como “pretas”, as demais se distribuem entre as categorias de “crioula”, “mestiça” e “cabra”. Essa variedade sugere que a condição de liberta podia abarcar uma gama mais ampla de origens, talvez refletindo trajetórias individuais de alforria que transcendiam rigidamente as expectativas ligadas a uma única “qualidade”.

Tabela 6
Estado civil x Condição jurídica

		Condição jurídica da mãe			
		Sem registro	Escrava	Forra	Total
Estado civil da mãe	Casada	1.058	41	3	1.102
	Solteira	265	125	4	394
	Sem registro	79	1	0	80
	Viúva	6	0	0	6
	Ilegível	3	0	0	3
	Total	1.411	167	7	1.585

Fonte: APSACF, Livro de Batismos (1798-1805).

A tabela anterior mostra a relação entre o estado civil e a condição jurídica das mães que estavam batizando os seus filhos. O cruzamento entre estado civil e condição jurídica, apresentado na tabela, expõe de forma cristalina como o cativo era um obstáculo ao acesso ao matrimônio legitimado pela Igreja. Analisando as 167 mulheres escravizadas, verifica-se que menos de um quarto era casada (41 mulheres ou 24,55%), enquanto a esmagadora maioria era composta por mães solteiras (125 mulheres ou 74,85%).

Em contrapartida, o perfil das 1.411 mulheres consideradas livres (ou forras não registradas) é radicalmente oposto. O número de mulheres sem o registro da sua condição jurídica é grande, 1.411 mulheres. Essas mulheres, consideradas como livres ou libertas, tem o maior percentual de mulheres casadas, 1.058 ou 74,98%, enquanto as solteiras representavam uma minoria de 18,78% (265 mulheres). Este dado evidencia que, para a população livre, o casamento era a norma social amplamente majoritária e realizável.

O pequeno grupo de 7 forras apresenta uma situação intermediária, com 3 mulheres casadas (42,86%) e 4 solteiras (57,14%). Embora ínfimo para generalizações, este grupo sugere que a condição de liberta não garantia, por si só, a plena integração aos padrões de família da sociedade livre, mas abria possibilidades para isso.

Conclui-se, portanto, que a experiência do matrimônio era profundamente demarcada pela condição jurídica. Mesmo naquela sociedade o casamento sendo uma das tarefas mais importantes para uma mulher, algumas não conseguiam alcançá-lo, e isso se fazia mais comum para mulheres em situação de escravidão. Ao tempo que para uma mulher classificada como branca o matrimônio vinha de uma forma mais comum, mulheres que eram classificadas como crioulas, mestiças, cabras ou com origem africana e que muitas vezes estavam escravizadas ou tinham um passado no cativo lidavam com desafios para obter o reconhecimento de um relacionamento pela Igreja Católica, o que as levava a constituir laços familiares estáveis à margem da validação institucional.³⁸

O livro de óbitos

De acordo com Moura Filho, os registros de óbitos podem ser definidos como séries que informam basicamente “a série de óbitos, classificados por data e sexo do falecido,

³⁸ FALCI, 2001, p. 264

possivelmente complementada por sua idade aproximada, sua condição social, causa mortis e outras informações esparsas”.³⁹

Partindo dessa definição estrutural, mas ampliando o escopo para as potencialidades da fonte, João José Reis prova ser viável reconstruir a rica e intrincada teia das práticas e mentalidades funerárias na Bahia do século XIX, utilizando uma ampla e variada variedade de fontes documentais. Entre estas, os livros de óbitos recebem uma atenção especial pela sua densidade informativa. Conforme ilustra o autor, a partir de um breve assento, é possível extrair dados vitais (sexo, cor, estado civil, idade), a causa presumida da morte, a assistência espiritual recebida (“todos os sacramentos”) e detalhes cruciais do ritual, como o tipo de mortalha (“amortalhada de preto”), a participação do clero e de irmandades, e o local de enterro.⁴⁰

Para além das práticas culturais, a utilidade desses registros estende-se vigorosamente ao campo da história social e da saúde, como bem demonstra a autora Keith Valéria de Oliveira Barbosa. Em sua investigação com livros de óbitos na região do Rio de Janeiro no século XIX para compreender doenças e mortalidades, ela justifica a importância desses registros ao afirmar que eles possibilitam “uma reconstrução dos cenários/processos históricos envolvendo doenças e mortalidade escrava”.⁴¹ Seguindo essa linha, ela também ressalta que “os assentos de óbitos – em sua clareza e descrição podem nos apontar as diferenças entre os grupos sociais”.⁴²

Das mães que enterravam

O livro de óbitos aqui analisado apresenta três fases distintas: a primeira fase corresponde ao início dos registros, sob a responsabilidade do Vigário Encomendado Thomas Feliciano de Aquino, o mesmo que assina o livro de batismos. Neste período, os registros seguem um padrão razoável de completude, geralmente incluindo nome do falecido, data de sepultamento, idade, estado civil, condição jurídica, qualidade, parentes nomeados, sacramentos recebidos, sufrágios, tipo de amortalhamento e locais de sepultamento e, ocasionalmente, de moradia. Nesta fase, o livro apresenta boa organização e estado de conservação.

³⁹ MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O tratamento historiográfico de registros de óbitos. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. (org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 3. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 119.

⁴⁰ REIS, João José. Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX. **Caderno CRH**, Salvador, n. 15, p. 111-122, jul./dez. 1991, p. 112-119.

⁴¹ BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e cativo**: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010, p. 12.

⁴² *Ibidem*, p. 43.

A segunda fase tem início em 1802, com a posse do Vigário Colado José Bento de Moura. Os registros deste período tornam-se notavelmente mais escassos e desorganizados, muitas vezes limitando-se a data de sepultamento, nome do falecido, sufrágios e local de sepultamento. Agravando essa situação, há lacunas temporais de meses e até anos sem qualquer registro.

A terceira fase inicia-se em 1809, quando o livro passa a ser utilizado na freguesia do Senhor do Bomfim, mantendo-se o Vigário Colado José Bento de Moura como cura. Este é o período de maior riqueza informacional, com os assentos registrando, além das informações habituais, as causas das mortes, detalhamento da idade, data do óbito (além da data de sepultamento) e especificações mais precisas sobre locais de moradia. Contudo, é nesta fase que encontramos a maior dificuldade de leitura devido ao precário estado de conservação do documento.

A tabela a seguir apresenta os dados coletados nos assentos de óbitos, onde, após a criação do banco de dados, foi analisada a quantidade de mães sepultando seus filhos a partir do campo “parentes nomeados”.

Tabela 7
Parentesco do parente nomeado

Parentesco	Frequência	Percentual
Não consta	773	43,8
Pais	452	25,6
Marido	175	9,9
Mãe	148	8,4
Esposa	140	7,9
Pai	53	3,0
Exposto(a) em casa de	20	1,1
Agregada	1	0,1
Avó	1	0,1
Genro	1	0,1
Mãe e Padrasto	1	0,1
Marido, Mãe	1	0,1
Total	1.766	100,0

Fonte: APSACF, **Livro de Óbitos** (1792-1817).

A tabela acima representa os parentescos dos parentes nomeados no livro de óbitos de 1792 a 1817. O primeiro dado, com uma frequência de 773, expõe uma lacuna significativa na fonte: são óbitos que não tiveram nenhum parente nomeado, sendo assim, essas informações não constam nos registros. O segundo maior dado de parentes nomeados é o de “pais”, sendo importante ressaltar que esse termo se enquadra quando há a nomeação do pai e da mãe

conjuntamente no assento de óbitos; logo após temos a categoria de “maridos” com 175 casos e, em seguida, a de “mãe” com 148 registros. A categoria de “esposa” conta com 140 registros e a de “pai” com 53. A categoria “exposto(a) em casa de”, com 20 casos, refere-se a crianças expostas/deixadas na casa de alguém e cuja paternidade ou maternidade era desconhecida ou não foi registrada. As demais categorias que aparecem somente uma vez durante todo o livro são: “agregada”, “avó”, “genro”, e os casos em que aparecem dois tipos distintos de parentes, “mãe e padrasto” e “marido, mãe”.

Para esta análise, o foco recairá sobre as categorias “mãe” e “pais” com o intuito de quantificar o percentual de mães que sepultaram seus filhos nesse período. Juntas, essas categorias representam 600 casos. Trata-se de 600 mães que sepultaram seus filhos, sendo em faixa etária infantil ou no início da vida adulta. Desse total, 148 mulheres enfrentaram esse luto sozinhas, o que inclui tanto mães solteiras quanto viúvas.

Contudo, somente uma análise quantitativa não é suficiente para entender a dimensão desses números, se faz necessário dar um *zoom* analítico e focalizar casos específicos para analisar melhor como se davam os processos de maternidade na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, agora também observados pela ótica da morte.

Mães em tempos de doenças

O outro lado da maternidade se revela quando as mães são obrigadas a enterrar seus filhos, uma experiência que podia ser frequente na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Ser mãe no sertão das Jacobinas significava enfrentar não apenas os riscos do parto, mas também a ameaça constante de surtos de doenças que dizimavam a população infantil.

O período de setembro a dezembro de 1816 registrou 8 casos de morte por sarampo, todas envolvendo crianças entre 2 meses e 5 anos de idade. O surto parece ter ficado circunscrita a três localidades: Sítio da Cachoeirinha, Sítio da Baixa Grande e Cariaca, com o primeiro concentrando 75% dos óbitos registrados. Segundo estudos de história das epidemias, o sarampo tendia a se espalhar rapidamente entre populações não imunes, com letalidade particularmente alta entre crianças desnutridas. A concentração espacial dos casos sugere padrões de circulação e vulnerabilidade específicos dessas comunidades rurais.⁴³

Neste contexto de crise sanitária, destaca-se o caso de Maria José, casada com Adriano Gonçalves, moradores do Sítio da Cachoeirinha. O casal perdeu dois filhos para o sarampo em

⁴³ LOPES, Carlos; BRASIL, Pedro; PEREIRA, Marília. Sarampo: uma revisão sobre a doença, prevenção e erradicação. *Revista de Pediatria SOPERJ*, v. 18, n. 1, p. 18-24, 2018, p. 19

intervalos curtos: Ignacio, pardo e com 3 anos, e Maximiano, pardo e com 2 anos; Ignacio faleceu no dia 19 de outubro de 1816 e foi sepultado no dia seguinte; Maximiano veio a óbito no dia do enterro do irmão e foi sepultado no dia seguinte, dia 21 do mesmo mês e ano. Ambos foram encomendados solenemente e sepultados na igreja matriz das grades para baixo.⁴⁴ A sequência das mortes segue o padrão típico de transmissão intrafamiliar do sarampo, onde o contágio entre irmãos era comum devido ao período de incubação da doença.

Esta conjuntura revela o impacto dos surtos de doenças na estrutura familiar sertaneja, particularmente sobre a experiência materna. A morte simultânea de dois filhos implicava a interrupção de projetos familiares e sucessórios. O registro de 8 óbitos provavelmente subestima a real magnitude do surto, pois muitas mortes poderiam não ter sido registradas ou atribuídas a complicações secundárias. É possível que para cada morte registrada, várias outras crianças eram infectadas e sobreviviam com sequelas ou imunidade adquirida.

O surto de sarampo que atingiu a Jacobina Velha em 1816 teve impacto na população infantil, o que é compreensível à luz da epidemiologia da doença. Conforme demonstrado na literatura médica, o sarampo é uma doença viral com alta taxa de contagiosidade e uma das principais causas de mortalidade em crianças pequenas, sobretudo em contextos de precariedade nutricional e sanitária⁴⁵, condições estas que certamente caracterizavam o sertão baiano do período colonial.

O caso de Maria Esperança

Analisaremos agora o caso de Maria Esperança, cuja brevidade documental contrasta com sua relevância para o estudo das estruturas familiares. Maria Esperança, mulher casada e moradora da Freguesia Velha – freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha –, faleceu em 30 de abril de 1816, sendo sepultada na Capela de São Gonçalo, na Serra da Itiúba. Seu assento é notável pela ausência de informações: não há parentes nomeados nem detalhes sobre seu sepultamento.

A relevância do caso, contudo, revela-se no registro subsequente: o óbito de Manoel, identificado como seu filho e descrito como “párvulo” (criança de pouca idade). Ele faleceu oito dias após a mãe, em 8 de maio de 1816 e foi sepultado no mesmo dia, tendo Maria Esperança como a única parente nomeada, sendo a identidade do pai omitida no documento.⁴⁶

⁴⁴ APSACF, *Livro de Óbitos* (1792-1817), f. 181.

⁴⁵ LOPES, BRASIL e PEREIRA, op. cit. p. 19.

⁴⁶ APSACF, *Livro de Óbitos* (1792-1817), f. 178.

Esta sequência temporal gera hipóteses interpretativas substantivas. Considerando a proximidade entre os óbitos e a tenra idade da criança, é plausível inferir uma relação de causalidade direta entre ambos os eventos. A morte da mãe possivelmente privou o recém-nascido dos cuidados indispensáveis à sobrevivência neonatal, em especial da amamentação. A ausência de qualquer menção a outros familiares ou ao pai nos dois assentos sugere uma situação de desamparo social agudo, configurando um caso atípico no contexto geral do livro de óbitos, onde não se observa padrão semelhante de mortalidade sequencial entre mães e filhos.

Este caso singular oferece, portanto, uma janela analítica para compreender as vulnerabilidades específicas a que estavam expostas as unidades familiares na sociedade sertaneja, especialmente aquelas que, por razões não registradas, operavam sem uma rede de apoio familiar ou comunitária imediata.

Das mortes de parto

Um dado que surge exclusivamente na terceira fase do livro de óbitos é o registro da causa das mortes dos fregueses. Esse fato nos permite fazer uma discussão de algo: as mortes no parto.

De acordo com Del Priore, o parto no Brasil Colônia era um evento quase exclusivamente feminino e doméstico. Realizado longe dos olhos masculinos, era um ritual coordenado por parteiras (também chamadas de “comadres” ou “aparadeiras”), que detinham os saberes práticos herdados pela tradição oral. Essas mulheres assistiam a parturiente em sua própria casa, contando com o apoio de outras mulheres da família e da comunidade, configurando uma “solidariedade feminina” em torno do evento.

O parto era entendido como um processo natural, porém perigosíssimo. Não havia anestesia ou intervenções cirúrgicas (como cesarianas) viáveis para casos de complicação. A assistência baseava-se em chás, orações, rezas benzedeiras e manipulações físicas. A autora destaca que complicações como hemorragias, partos prolongados (distocias) ou infecções puerperais eram frequentemente fatais.⁴⁷

⁴⁷ PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 1990. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 39-42.

Essas condições que levavam à morte da mulher poderiam ser várias, mas no período eram registradas de forma genérica nos assentos como “morreu de parto” ou “morreu de moléstias de parto”, ocultando as especificidades clínicas, mas não a gravidade do desfecho.

Buscando ir além da mera constatação da mortalidade materna para explorar como essa experiência era moldada na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, esta seção analisa cinco casos registrados de óbitos por parto entre 1815 e 1817, sendo o primeiro em abril de 1815 e o último em janeiro de 1817. Os dados, embora numericamente pequenos, são socialmente diversos, incluindo mulheres casadas livres e uma mulher escravizada. As mulheres em questão são, por ordem dos registros: Gonçala Maria, parda e casada, com 30 anos; Maria do Nascimento, parda e casada, com 28 anos; Maria Ribeira, branca e casada, com 42 anos; Benedita, escravizada, com 32 anos; e Marcelina Clemencia, mestiça e casada, com 25 anos.⁴⁸

Como já dito, é somente a partir de 1809, com a vinculação do livro de óbitos à freguesia do Senhor do Bomfim, que as causas das mortes dos fregueses começam a aparecer, sendo registrados apenas esses cinco casos em todo o livro.

É importante reiterar que nenhuma dessas mulheres, assim como seus maridos, aparece em nenhum outro registro nas fontes analisadas (nem sepultando algum parente no livro de óbitos e nem batizando filhos ou apadrinhando crianças no livro de batismos), sendo seus assentos de óbitos suas únicas aparições documentadas.

Analisando primeiro a regra, o perfil dominante que emerge é o da mulher jovem, em plena idade fértil, com idades entre 25 e 32 anos, que provavelmente estava no auge do exercício da maternidade e do matrimônio. A uniformidade dos rituais fúnebres é igualmente notável: quatro das cinco mulheres receberam os sacramentos da Penitência e da Extrema Unção e todas foram encomendadas solenemente, envoltas em hábito branco, sendo sepultadas na Nova Matriz do Senhor do Bomfim.

Contudo, por trás desta aparente homogeneidade, as exceções revelam as nuances da sociedade colonial. O óbito de Benedita, cativa de 32 anos, destoa do padrão. Sua experiência evidencia a interseção entre gênero e escravidão. Na morte, seu vínculo primário não era de parentesco, mas de propriedade: o “parente nomeado” é seu senhor, o capitão Francisco Carneiro; e, como não foi informado no assento, provavelmente Benedita não tinha um matrimônio reconhecido pela Igreja, o que corrobora a análise apresentada no tópico sobre

⁴⁸ APSACF, **Livro de Óbitos** (1792-1817), f. 166, 172v, 173v, f. 177, 184v.

estado civil e condição jurídica. Benedita morreu de parto não apenas como mulher, mas como um bem que foi perdido.

Outra exceção significativa é a de Maria Ribeira, branca de 42 anos, já que a sua idade, considerada avançada para um parto na época, pode explicar a causa da morte registrada como “moléstias no Parto”, um termo mais específico que sugere complicações prolongadas ou infecciosas, em contraste com a morte súbita implícita em “morreu de parto”. Já o assento de Marcelina Clemencia, a única a receber apenas o “sacramento da Penitência” e não a Extrema Unção, sugere uma morte abrupta dessa mãe, que não permitiu a conclusão de todos os rituais, evidenciando a rapidez e imprevisibilidade do parto nesse período.

Estes cinco casos ilustram uma realidade e delineiam um panorama que provavelmente se repetiu na freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, mas que, por motivos desconhecidos, não era registrado nos assentos eclesiásticos antes de 1809, provocando um silêncio historiográfico acerca da mortalidade materna nessa localidade.

Entre batismos e óbitos

Como trabalhamos aqui com duas fontes do mesmo local e período, é possível rastrear um mesmo indivíduo em diferentes momentos de sua vida. Um exemplo disso é o de Luciana Rodrigues.

Luciana, mulher branca e casada com Clemente Rabello de Souza, aparece nas fontes pela primeira vez em 21 de julho de 1799, batizando seu filho José.⁴⁹ Quase um ano e meio depois, sua segunda aparição se dá no batismo do seu segundo filho, Clemente, em 25 de dezembro de 1800⁵⁰ e apenas um dia após, em 26 de dezembro do mesmo ano, ela volta a aparecer como madrinha de outra criança, acompanhada do marido.⁵¹ Seu último registro em vida data de 27 de dezembro de 1801, quando o casal apadrinha mais uma criança.⁵²

O destino de Luciana, no entanto, é revelado pouco tempo depois. Em 15 de abril de 1802, seu óbito é registrado e é neste assento que descobrimos informações até então desconhecidas: sua idade (34 anos) e sua qualidade (mulher branca). Seu marido, Clemente Rabello de Souza, é citado como o parente nomeado, e seu enterro seguiu o padrão da freguesia: “envolta em hábito branco, encomenda e sepultada das grades para baixo na Capela

⁴⁹ APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805), f. 32v.

⁵⁰ APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805), f. 86v.

⁵¹ APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805), f. 86v.

⁵² APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805), f. 121v.

do Senhor do Bomfim”.⁵³ A causa de sua morte e seu local de residência, no entanto, não foram registrados.

A última menção a Luciana, entretanto, não foi esta relacionada à sua morte. Ela ainda aparece no livro de batismos, em 13 de junho de 1802, quase dois meses após seu sepultamento, no batismo de seu filho, Antônio⁵⁴. O assento menciona seu nome e sua condição de falecida, mas não a data ou causa do óbito – informações que só o cruzamento com o livro de óbitos tornou possível recuperar.

Esta breve trajetória, reconstituída a partir de apenas seis registros ao longo de três anos, revela o potencial analítico do cruzamento de fontes. A sequência dos eventos permite levantar hipóteses sobre a vida de Luciana: teria ela tido outros filhos antes de 1798? Sua morte estaria relacionada a complicações do parto de Antônio? As fontes disponíveis não permitem responder a essas questões, mas a materialidade de sua existência e os laços que construiu – como mãe, esposa e madrinha – ficaram registrados, permitindo-nos, séculos depois, resgatar sua memória e refletir sobre sua experiência.

Considerações finais

O cruzamento dos registros de batismo e óbito da freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, referentes ao período de 1792 a 1817, possibilitou a elaboração de um perfil social das mulheres sertanejas e a identificação das estruturas que organizavam suas trajetórias. A documentação demonstra que essas mulheres ocupavam uma posição importante na tessitura social, atuando muito além de um papel coadjuvante no processo de ocupação do território. Suas experiências eram constituídas por um complexo entrelaçamento de hierarquias sociais, ao mesmo tempo que revelam distintas estratégias de agência e adaptação.

A análise quantitativa evidenciou que a maternidade representava um eixo estruturante da condição feminina, embora sua vivência fosse profundamente segmentada por marcadores sociais. A condição jurídica e a designação racial (“qualidade”) configuraram-se como variáveis determinantes. Também se observou uma significativa disparidade no acesso ao matrimônio formal: enquanto mulheres brancas e pardas livres o realizavam com frequência consideravelmente maior, mulheres escravizadas, forras e aquelas com classificações raciais associadas à ascendência africana (crioulas, cabras, angola) tinham suas unidades familiares majoritariamente constituídas fora dessa instituição. Esta configuração pode ser interpretada

⁵³ APSACF, **Livro de Óbitos** (1792-1817), f. 107.

⁵⁴ APSACF, **Livro de Batismos** (1798-1805), f. 150 v.

menos como uma preferência e mais como uma estratégia de sobrevivência e de formação de vínculos perante um sistema social restritivo.

A abordagem da mortalidade permitiu dimensionar os riscos inerentes à experiência feminina: o parto representava uma ameaça biológica constante, enquanto os surtos, como o de sarampo em 1816, expunham a vulnerabilidade infantil e o impacto dessas crises demográficas sobre a estrutura familiar. Casos específicos, como os de Maria Esperança e Maria José, funcionam como exemplos concretos que dão materialidade aos dados estatísticos, ilustrando a frequência com que o luto infantil integrava a experiência materna e destacando a mulher como principal agente nos rituais fúnebres da prole.

Por fim, a aplicação da metodologia de microanálise a estudos de casos individuais, como a de Luciana Rodrigues, validou o potencial do cruzamento nominativo de fontes seriais; a reconstituição de ciclos de vida a partir de diferentes registros não apenas atestou a consistência documental, mas também permitiu acrescentar profundidade analítica e singularidade à investigação, demonstrando a pessoa por trás do dado quantitativo.

Dessa forma, este trabalho atingiu seu objetivo central de reinserir as mulheres na história social do sertão da Jacobina Velha; a pesquisa demonstrou que elas não constituíam um grupo homogêneo, mas sim indivíduos cujas possibilidades eram negociadas em um campo complexo definido pela condição jurídica, cor, estado civil e posição familiar. Ao dar visibilidade aos seus perfis, estratégias e vulnerabilidades, o estudo oferece uma compreensão mais delineada e estrutural do processo de formação da sociedade sertaneja, argumentando que a história colonial se constitui tanto pelas narrativas macroestruturais quanto pelas experiências concretas de seus agentes sociais, entre os quais as mulheres são fundamentais.

Referências

ARQUIVO da Paróquia Santo Antônio de Campo Formoso (APSACF). Livro de Batismos (1798-1805).

ARQUIVO da Paróquia Santo Antônio de Campo Formoso (APSACF). Livro de Óbitos (1792-1817).

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e cativoiro**: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O Sertão e o Império**: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. Recortes de um mestiço sertão: indígenas, negros e seus descendentes nos registros paroquiais (freguesia da Barra do Rio Grande do Sul, sertão do rio São Francisco – século XVIII). *In*: FERNÁNDEZ, Sandra R.; SAMPAIO, Moiseis de Oliveira (Org.). **El desafío de los archivos en la práctica historiográfica**: sobre propuestas y análisis en las experiencias de Argentina y Brasil. 1. ed. Rosario: ISHIR (CONICET-UNR); Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2024.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. Mulheres negras em São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande: recortes da vida no sertão nordestino do século XVIII. *In*: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (Org.). **Mulheres negras em perspectiva**: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX). Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo: Editora Cantagalo, 2021.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em história social a partir de assentos paroquiais: Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. *In*: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio C. Juca de; GUEDES, Roberto (org.). **Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRAGOSO, João. **A política da memória**: os testamentos e a construção da vida material no Rio de Janeiro setecentista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Edith Alves de Araújo; SILVA, José Freitas da. **História da freguesia Velha de Santo Antônio – Campo Formoso**. Campo Formoso: Gráfica e Editora Real, 2004.

IVO, Isnara Pereira; SANTOS, Ocerlan Ferreira. Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 1, p. 110-129, 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LOPES, Carlos; BRASIL, Pedro; PEREIRA, Marília. Sarampo: uma revisão sobre a doença, prevenção e erradicação. **Revista de Pediatria SOPERJ**, v. 18, n. 1, p. 18-24, 2018.

MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 20, n. 31, p. 3-4, jan. 2004.

- MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O tratamento historiográfico de registros de óbitos. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. (org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 3. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- OLIVEIRA JUNIOR, Raíson Cezar Costa de. **Escravidão e sociedade na Jacobina oitocentista (1815-1821)**. 2024. Monografia (Graduação em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, Jacobina, 2024.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002.
- PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 1990. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- REIS, João José. Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX. **Caderno CRH**, Salvador, n. 15, p. 111-122, jul./dez. 1991.
- SANTANA, Anastácio de. **Guia de caminhantes – 1817**. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.
- SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SANTOS, Solon Natalício. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35232>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder: mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/129713>. Acesso em: 30 nov. 2025.